VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional
Territórios, redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Regional mestrado e doutorado
UNISC UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

REDES E CAPITAL SOCIAL EM CONTEXTOS GLOBALIZADOS: LIMITES E ENGODOS DE UMA ABORDAGEM *BOTTOM-UP* DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Airton Adelar Mueller

Resumo

Desigualdades regionais são o resultado da ação e interação de múltiplos fatores, dos quais alguns são de ordem exógena, outros de ordem endógena. Abordagens endógenas do tipo *bottom-up,* que ressaltam as particularidades locais como sendo ativos a serem explorados e potencializados a partir da ação dos atores locais, podem ocultar severas restrições de eficácia destes ativos em contextos de economia globalizada. Do que pode resultar uma espécie de engodo no que diz respeito ao diagnóstico das problemáticas regionais, e das proposições para sua superação, nas regiões ora menos desenvolvidas. Neste artigo ilustra-se tal argumento analisando fundamentos da influente tese comunitarista (*bottom-up*) de capital social oriunda dos trabalhos de Robert Putnam e das publicações do Banco Mundial a partir da década de 1990. Conforme tal tese os atores locais estão inseridos (*embedded*) na estrutura sociocultural regional e em redes interpessoais de relacionamento, tendo assim, sua agência condicionada por esta estrutura, o que faz da cultura regional um ativo a ser explorado em prol do desenvolvimento. Ressalta-se aqui que estes atores, e os respectivos territórios, também estão inseridos em processos e estruturas mais abrangentes, de ordem exógena, que podem se sobrepor e/ou até mesmo ser mais impactantes que aqueles de ordem cultural endógenos. Daí que muito do que pode afetar o desenvolvimento de uma região pode não ser influenciável pelo capital social desta região. Também se discute possíveis consequências destes limites para regiões mais necessitadas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Regiões Globalizadas. Desenvolvimento Regional. Capital Social. Culturalismo. Desenvolvimento Endógeno.

Introdução

A partir do início da década de 1990 o conceito de capital social passou a fazer parte de maneira crescente do vocabulário acadêmico (FRANZEN e FREITAG, 2007) sendo, nas palavras de Portes (2000), uma das "exportações" mais bem-sucedidas da sociologia para outras ciências sociais. Duas décadas depois o economista britânico Ben Fine, em seu livro *Theories of Social Capital: Researchers Behaving Badly,* afirma que a noção de capital social passou por um processo de alargamento tal que já não comporta mais nenhum valor heurístico, apenas ideológico. Para ele "social capital is to social science as McDonald's is to gourmet food" (FINE, 2010, p. 21). Já em 2015, Souza (2015, p. 100) afirma que capital social talvez seja "[...] o conceito mais confuso da história das ciências sociais que se refere a tudo e, portanto, a nada [...]".

Para a difusão da ideia de capital social contribuíram sobremaneira as duas obras de maior envergadura do cientista político norte-americano Robert Putnam (PUTNAM, 1993b e PUTNAM, 2000). Outro fator importante nesta ascensão foi a incorporação desta temática, com roupagem putnamiana, por parte de instituições como o Banco Mundial (WB, 1999; SERAGELDIN, 1998), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (OECD, 2001) e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID (IDB, 2005).

Em linhas gerais, a bastante difundida tese de Putnam preconiza que fortes tradições de engajamento cívico, tais como participação eleitoral, leitura de jornais, existência e participação em associações das mais diversas e redes interpessoais de caráter comunitário seriam as características de uma região de sucesso (PUTNAM, 1993a; 2000). Tal cenário rico em associações, redes e demais formas de engajamento cívico, seria, entretanto, parte da cultura, do *ethos* regional (valores, normas, tradições) (PUTNAM, 1993b). A partir deste *ethos* cívico dos habitantes de um território e da correlata tradição de engajamento cívico se formaria o capital social desse território. Do que resultaria uma sociedade menos corrupta, mais coesa e mais eficiente em termos socioeconômicos. Em outras palavras, Putnam apresenta um modelo *bottom-up* (TARROW, 1996) que busca a explicação para o êxito regional e para as diferenças socioeconômicas inter-regionais, dentro de cada região. O

elemento central disto seria a cultura, o *ethos*, seriam os valores, as normas. Tudo isto sintetizado na ideia de um tipo específico de capital coletivo intangível, o capital social.

Tal maneira de tratar do tema do desenvolvimento a partir da lente putnamiana se torna inda mais evidente na seguinte passagem de um dos especialistas em capital social do Banco Mundial.

> Social capital refers to the **internal** social and cultural coherence of society, the norms and values that govern interactions among people and the institutions in which they are embedded. Social capital is the glue that holds societies together and without which there can be no economic growth or human well-being (SERAGELDIN, 1998, p. iii, grifos nossos).

O crescimento desta abordagem endógena, *bottom-up* de capital social perpassa um contexto mais amplo de discussão sobre a temática do desenvolvimento em si. Um contexto, digamos, de transição do período keynesiano, centrado no Estado, para um período pós-keynesiano marcado, entre outros aspectos, pela ascensão do pensamento neoliberal, aceleração da globalização, valorização do terceiro setor e crescimento da ideia de desenvolvimento endógeno/territorial com foco no local e/ou regional (MUELLER, 2014).

Todavia, paradoxalmente, o mesmo contexto que abriu espaço para o local, para a comunidade, para o capital social, traz consigo elementos que, em grande medida, limitam, quando não inviabilizam, a suposta eficácia deste capital de base comunitária. Isto pode se dar particularmente no que tange ao funcionamento de inúmeras atividades econômicas que sejam parte de cadeias produtivas globais, cujos principais gestores não são parte constitutiva das localidades/regiões onde suas decisões incidem. O que, não raro, é a realidade de muitas comunidades/regiões nos países do assim chamado Sul Global[1]. É este o primeiro ponto que aqui se busca evidenciar e elucidar.

[1] A noção de Sul Global, em termos gerais, refere-se ao conjunto de países tidos como os menos desenvolvidos do mundo, tendo em vista que boa parte deles se localiza no hemisfério sul do planeta. Maiores detalhes podem ser obtidos, por exemplo, no sítio eletrônico do *Global South Center Cologne*. http://gssc.uni-koeln.de/node/3.

Na sequência, partindo-se dos mencionados limites, se aponta para alguns possíveis engodos daí decorrentes. Engodos estes que nas palavras de Mueller (2013, 2016) configuram certa "cilada política" no sentido de naturalizar e legitimar as desigualdades regionais ora existentes. Cilada esta à qual justamente as comunidades mais necessitadas de desenvolvimento podem estar suscetíveis, via foco no local, via lente putnamiana (MUELLER, 2013, 2016).

Alguns limites do capital social comunitário no mundo globalizado

David Held, um dos eminentes estudiosos do tema da globalização, em sua obra *Global Transformations: Politics, Economics and Culture,* assevera: "Political and economic elites in the world's major metropolitan areas are much more tightly integrated into, and have much greater control over, global networks than do the subsistence farmers of Burundi" (HELD, 1999, p. 28). Ou seja, muitas das atividades econômicas atuais são indiscutivelmente controladas por elites empresariais e políticas de atuação global, sediadas nas principais áreas metropolitanas do planeta e não necessariamente pela população local que reside nas diferentes comunidades/regiões periféricas mundo afora.

Segundo o argumento culturalista desenvolvido por Putnam, as dinâmicas econômicas são espacialmente distintas em função de serem um produto de normas e valores prevalecentes em distintos contextos culturais. Estas normas e valores formam capital social que impacta positivamente o desempenho econômico e político regional. Os agentes destes setores, por estarem inseridos (*embedded*) no respectivo contexto, agem e reagem conforme as respectivas normas e valores e, assim, reproduzem as patologias ou virtudes de cada território. Dentre os mecanismos centrais para as consequências positivas do capital social, Putnam (1993b) aponta a suposta solução dos problemas da ação coletiva. Onde eles forem amenizados, as pessoas cooperam e somam esforços por serem confiáveis e cívicas, os interesses individuais não são míopes e sim sensíveis aos interesses coletivos. Os políticos agem de maneira mais honesta, pois estão sob vigilância coletiva e temem as possíveis sanções por comportamentos oportunistas, no mundo dos negócios ocorre a redução dos custos de transação e o sistema regional como um todo se torna mais eficiente.

Se admitirmos que existe algo que possa ser definido como o capital social de um determinado território e que este seja um recurso produtivo em seu benefício, tem-se que levar em consideração também que cada território está inserido (*embedded*) em contextos e dinâmicas que extrapolam suas fronteiras. O que pode ser um limitante poderoso do suposto potencial do capital social do tipo putnamiano. No extremo, isto pode significar que parte das atividades econômicas possivelmente são realizadas a despeito da existência ou ausência de associativismo local, a despeito de mais ou menos capital social comunitário. Muito provavelmente na época em que Alexis de Tocqueville, no qual Putnam ancora boa parte de suas premissas, viajou pelos Estados Unidos e escreveu sobre o associativismo local, as atividades econômicas e outras esferas da vida cotidiana eram mais limitadas em termos espaciais do que atualmente o são em um mundo globalizado e interdependente.

Além disso, é possível que os atores com mais controle, para usarmos o termo de Held (1999) sobre recursos e decisões estratégicas e mais poder[2], portanto com maior capacidade de impactar o mundo, não fazem parte da "comunidade local". São, portanto, externos a muitas das comunidades onde suas respectivas empresas impactam o desenvolvimento. E, assim, dificilmente podem ser considerados parte constitutiva do capital social daquelas "comunidades". Além disso, tais atores podem até mesmo ter sido socializados em ambientes culturais totalmente distintos, mas, no mundo dos negócios globais, possivelmente tendam a agir de forma semelhante. Ou seja, possivelmente tais atores agem sobretudo em conformidade com as regras do jogo do mercado, e não em conformidade com as normas e valores culturais de cada comunidade, ou município, ou região, etc. E isto tem como consequência imediata que suas decisões sobre políticas empresariais possivelmente estejam mais centradas em apresentar resultados positivos aos seus acionistas, do que em desenvolver as comunidades/regiões onde as respectivas empresas realizam suas atividades. Nos parece bastante provável que em muitos casos, os mencionados resultados positivos se deem às custas daquelas comunidades/regiões. Por

[2] Aqui se usa a noção de poder no sentido weberiano. Para o autor "poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade" (WEBER, 2000, p.33).

exemplo, pagando baixos salários à força de trabalho local, explorando os recursos naturais e/ou violando leis ambientais.

Outra faceta desta mesma moeda se dá com relação aos supostos efeitos do capital social local sobre a redução dos custos de transação via sansão de comportamentos desviantes. Ou, em outras palavras, via redução dos comportamentos oportunistas. Quanto a tais efeitos vale lembrar que, segundo Putnam (1993b), "in a society characterized by dense networks of civic engagement, where most people abide by civic norms, it is easier to stop and punish the occasional "bad apple", so that defection is riskier and less tempting" (PUTNAM, 1993b, p. 178). Os membros de uma comunidade cívica […] can more efficiently restrain opportunism and resolve problems of collective action (PUTNAM, 1999b, p. 172). Complementando tal raciocínio o autor segue dizendo que o contrato social que sustenta a "[…] collaboration in the civic community is not legal but moral. The sanction for violating it is not penal, but exclusion from the network of solidarity and cooperation" (PUTNAM, 1993b, p. 183).

Pelo simples fato de que os atores externos provavelmente não estão inseridos no contexto sociocultural das comunidades onde suas ações incidem, parece bastante plausível afirmar que o mecanismo de sansões que Putnam menciona não tem eficácia, sequer entra em cena. Isto é ainda mais evidente se novamente lembrarmos que em muitos casos são justamente tais atores aqueles que têm mais poder e controle sobre recursos e decisões políticas. Note-se que os mecanismos sugeridos por Putnam são informais (exclusão da rede de solidariedade e cooperação) mas, dadas as disparidades de poder e controle, possivelmente em muitos casos nem mesmo os mecanismos formais (leis locais) possam ser capazes de impor sansões aos infratores.

Outra maneira de evidenciarmos os limites do capital social comunitário/regional em um contexto globalizado é questionarmo-nos sobre quem, afinal, constitui tal capital. Supõem-se que, se há um capital social coletivo de uma comunidade ou região, ele possivelmente é formado por aqueles indivíduos, atores, que mais se identificam com tal território. É formado por aqueles que tenham um sentimento de que tal território é seu e de que a ele pertencem. Assim, possivelmente interessam-se pelos rumos deste seu território,

tendo em vista que é nele, provavelmente, que vislumbram o seu desenvolvimento enquanto indivíduos, enquanto empreendedores. Daí que é desta percepção de entrelaçamento do desenvolvimento territorial com as oportunidades de desenvolvimento individual que pode surgir espaço para o que Putnam chama de engajamento e participação cívica. Ou seja, trata-se da percepção de que o desenvolvimento do "meu município", da "minha região" é positivo para o e constitutivo do desenvolvimento da minha empresa, da minha atividade profissional. E isto pode ser uma realidade muito mais presente para empresas e profissionais que tenham um raio de ação mais restrito em termos geográficos do que para empresas que atuem em todo o globo, e/ou que tenham maiores possibilidades de se transferirem para outras regiões, para outros países, assim que certa região perder parte de sua atratividade. Em outros termos significa que o grau de dependência da empresa frente aos destinos regionais é distinto. Distinto também é o grau de inserção, de enraizamento, de identificação com o território. E isto faz toda a diferença. São os primeiros atores (os mais enraizados, mais identificados e com um raio de atuação mais restrito, portanto, mais dependentes dos rumos regionais) aqueles que tendem a ter um potencial maior de se interessarem pelo desenvolvimento de sua região. Deste interesse é que pode surgir engajamento e, assim, ser formado o capital social aqui em discussão. Além disso é fundamental acrescentar que são os atores de atuação global que, via de regra, têm a incumbência de enviar remessas de lucros para outras regiões, para outros países, para outros continentes, via de regra, já mais desenvolvidos.

Todavia, se são sobretudo os habitantes locais aqueles que formam o capital social de um território, é justamente nos territórios mais carentes que este capital será formado por indivíduos com menor poder e controle, com menor capacidade de impactar o mundo. Desta forma, como lembram Portes e Landolt (2000), se uma comunidade for pobre, não importa quão coesa ela seja, sua capacidade de influenciar o mundo e seu entorno, possivelmente também será proporcionalmente restrita. Nas palavras dos próprios autores: "social capital consists of the ability to marshal resources through social networks, not the resources themselves. When the latter are poor and scare, the goal achievement capacity of a collectivity is restricted, no matter how strong its internal bonds" (PORTES e LANDOLT, 2000, p. 546).

Costumeiramente, as referências ao capital social enfocam apenas o lado mais promissor da participação e do engajamento, sem dar atenção ao que Pierre Bourdieu já no início da década de 1980 nos ensinara. Ou seja, o fato de que os diferentes capitais (econômico, cultural, social) se somam, se potencializam e que uma forma de capital pode servir para adquirir outras (BOURDIEU, 1983). Assim, quem possui mais de uma forma de capital, está em melhores condições de adquirir as demais. Do que resulta uma dinâmica de reprodução das desigualdades sociais. Com isto se busca dizer que em regiões mais ricas – em termos materiais, educacionais, etc – o respectivo capital social pode ser mais produtivo do que em regiões onde as pessoas que o formam são carentes no que tange aos demais capitais. O que, por sua vez, se constitui, para as regiões carentes, em um poderoso limitante dos supostos benefícios advindos deste capital. Já para as regiões mais desenvolvidas pode ser um fator com maior potencial de efeitos positivos sobre seu desenvolvimento. Resultando daí um possível mecanismo de reprodução das desigualdades regionais, para o qual o capital social pode estar contribuindo.

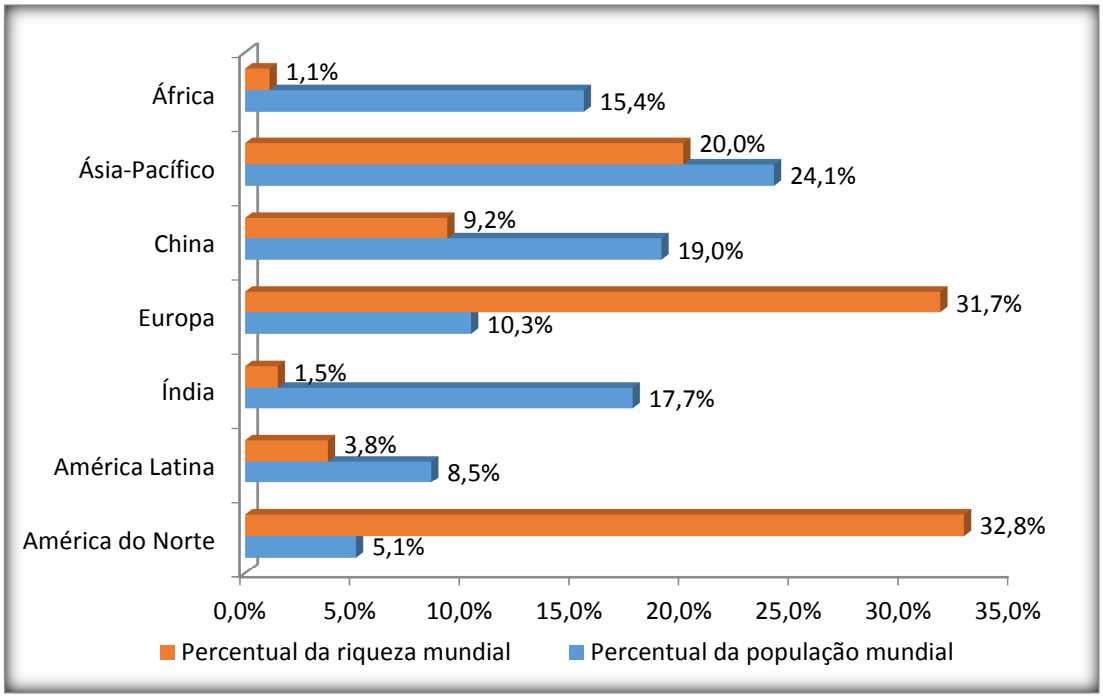
Para ilustrar a importância deste ponto observemos alguns dos resultados de estudo relativamente recente, divulgado pelo *Credit Suisse Research Institute* (CSRI), no qual são apresentados dados da distribuição da riqueza[3] mundial. O estudo estima a riqueza mundial atual (meados de 2013) em 241 trilhões de dólares americanos, o que equivaleria a uma média de 51.600,00 dólares para cada um dos cerca de 7,2 bilhões de habitantes do globo. Entretanto, no mesmo estudo lê-se que: "Our estimates suggest that the lower half of the global population possesses barely 1% of global wealth, while the richest 10% of adults own 86% of all wealth, and the top 1% account for 46% of the total" (CSRI, 2013a, p. 11). Além destas informações gerais, são apresentados dados agregados e absolutos quanto à distribuição mundial da riqueza e população segundo regiões[4] e países selecionados.

[3] Quanto ao conceito de riqueza adotado no estudo, le-se: "To be more precise, we are interested in the distribution within and across nations of individual net worth, defined as the marketable value of financial assets plus non-financial assets (principally housing and land) less debts" (CSRI, 2013b, p. 5). Mais detalhes metodológicos sobre particularidades de cada país podem ser conferidos em CSRI (2013b, p. 5-9).

[4] Ressalta-se que a referida regionalização aqui apresentada é aquela já estabelecida no mencionado estudo, por isso, China e Índia aparecem em separado. "Note that China and India are treated as separate regions due to the size of their populations" (CSRI, 2013b, p. 5).

Baseado nestes dados, o gráfico 01 apresenta um comparativo entre a distribuição mundial da população e da riqueza segundo regionalização previamente adotada naquele estudo.

Gráfico 01: Distribuição da população e da riqueza mundial segundo regiões e países selecionados, 2013



Fonte: Elaboração do autor. Fonte dos dados: CSRI (2013b, p. 140).

A América do Norte concentra aproximadamente 33% da riqueza mundial e apenas 5% da população. A Europa concentra 32% da riqueza e somente 10% da população. Ao mesmo tempo todos os países africanos juntos dispõem de apenas 1% da riqueza global. Lá, porém, vivem mais de 15% da população global. Obviamente que as desigualdades internas também precisam ser levadas em consideração em cada caso. Além disso, as regiões pobres geralmente apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo. O que significa que suas populações são também parcamente instruídas e possivelmente enfrentam sérios problemas de acesso a serviços de saúde. Entretanto, não esqueçamos que são elas que formam o respectivo capital social.

Porém, diante de tais circunstâncias não é difícil imaginar que o engajamento individual, ou coletivo, por parte de europeus ou norte-americanos possa ter muito mais possibilidades de êxito do que aquele de um indivíduo ou de uma coletividade africana.

Neste sentido é fácil imaginar que europeus e norte-americanos tendam a explicar sua própria riqueza e bem-estar a partir de elementos endógenos (tais como a cultura e o capital social) e que tendam a sugerir que os demais povos devam buscar soluções também endógenas para o seu desenvolvimento.

Porém, diante do exposto, seria razoável esperar que através do capital social formado pelas habitantes dos países mais pobres do continente africano, por exemplo, possa haver mudanças significativas em termos de desenvolvimento naqueles lugares? Será que se, supostamente, todas as pessoas destes países participassem ativamente de associações voluntárias o desenvolvimento seria alcançado? Como resolver os problemas desses países, e mais especificamente de suas "comunidades" com a abordagem do capital social de Putnam? *Civismo* x *Familismo*, engajamento voluntário, redes do tipo *bonding* e/ou *bridging*, etc. (PUTNAM, 1993b, 2000): seriam estas as soluções? Possivelmente a resposta seria não.

Quem procura explicar desenvolvimento via Putnam, certamente não dá grande atenção ao que a simples ilustração acima escancara. No momento presente, a capacidade e impactar o mundo é gritantemente desigual. Portanto, parece ser praticamente impossível imaginar que os habitantes dos países ou regiões mais pobres, mesmo que fossem absolutamente engajados e cívicos, pudessem realmente influenciar o mundo ou mesmo seu entorno mais próximo de maneira significativa. Poder-se-ia objetar que não se trata de focar nos indivíduos e sim em atores coletivos, como associações, sindicatos, movimentos sociais, etc. e que "juntos somos mais fortes". Todavia, isso não muda o fato de que são os respectivos habitantes que formam tais associações, sindicatos, etc.

Dito nos termos de Putnam, significa que mesmo que todos os habitantes de um destes países, ou de um município brasileiro com baixo IDH, por exemplo, participassem de alguma associação, mesmo que os habitantes confiassem plenamente uns nos outros e todos os problemas internos da ação coletiva fossem resolvidos, muitos dos aspectos que afetam o desenvolvimento local continuariam não sendo solucionáveis pelo capital social local. Se as atividades econômicas não se circunscrevem a um espaço limitado pelas fronteiras culturais e/ou político-administrativas, se os atores com mais poder e controle em

muitos casos não fazem parte da comunidade local e se os atores que compõem o capital social das comunidades mais carentes são justamente os mais carentes, de que e, principalmente, o quanto adianta resolver os problemas da ação coletiva local?

Em síntese, o capital social pode não ter o propalado potencial de resolver os problemas das regiões mais pobres e menos ainda ter o potencial de ser um recurso para reduzir as distâncias entre regiões. Pode, mais provavelmente, aumentá-las. A não consideração destas contradições e ambiguidades pode ser base para uma série de engodos, o que aqui se chama de “cilada política”, sobretudo para os territórios mais demandantes de desenvolvimento.

Alguns engodos da abordagem culturalista: ou a naturalização das desigualdades regionais via capital social[5]

Pode-se dizer que aqueles que olham para as desigualdades espaciais de desenvolvimento através de uma lente putnamiana entendem que os territórios desenvolvidos e ricos o são porque seus habitantes têm hábitos e costumes que levaram a isso. E, consequentemente, entendem que os territórios que não alcançaram tal condição é porque seus habitantes têm hábitos e costumes diferentes, que não produziram a quantidade suficiente e a forma adequada do tão precioso capital intangível. Em outras palavras: porque as culturas são diferentes.

Tendo-se em mente o já apresentado contexto de incorporação do capital social ao discurso do desenvolvimento e as limitações deste capital na obtenção do desenvolvimento em uma economia globalizada, busca-se argumentar aqui que a leitura culturalista deste conceito contém alguns engodos, ou certa cilada política, especialmente para as regiões menos desenvolvidas. Fato que, a nosso ver, não tem sido ressaltado suficientemente pela literatura. Tal cilada possui, pelo menos, quatro elementos que a constituem e, embora os apresentemos separadamente, é presumível que na prática se interliguem e se complementem uns aos outros, constituindo, em seu conjunto, a mencionada cilada política.

Primeiro: O primeiro destes elementos está diretamente ligado à discussão sobre os limites feita no item anterior. Particularmente ao fato de que o capital social de regiões pobres é formado por indivíduos pobres, com baixa instrução e assim por diante, e em regiões ricas é formado por pessoas tendencialmente com maior quantidade de diferentes capitais. Se considerarmos o capital social de uma região pode funcionar de maneira semelhante à lógica bourdieusiana – segundo a qual o capital social é apenas um dos diferentes capitais e um tipo de capital pode ser usado para adquirir outros – ou se o considerarmos, de maneira ligeiramente distinta, como o fazem Portes e Landolt (2000) – não como um capital em si, mas como a habilidade de mobilizar os diferentes capitais disponíveis na região – chega-se a resultados semelhantes. Ou seja, os efeitos do capital social podem ser dependentes da

[5] Este item se baseia, em parte, em Mueller (2013 e 2016).

existência de outras formas e quantidades de capital em cada território. Daí que, na prática, conforme dito, ele pode ser mais produtivo e eficaz em regiões já mais desenvolvidas e menos eficaz em regiões menos desenvolvidas. Disso resulta um potencial de reprodução, e inclusive de ampliação, das desigualdades regionais via capital social. Isto, do ponto de vista político, nos parece não ser uma abordagem muito indicada para as regiões menos desenvolvidas. Todavia pode ser sim uma abordagem que contemple os interesses daqueles que pretendem manter as desigualdades espaciais de desenvolvimento. Por exemplo, aqueles que transferem suas plantas fabris para países com população pobre em abundância, consequentemente, com abundância de mão-de-obra barata. O que lhes amplia as margens de lucro.

Segundo: O segundo elemento constitutivo do que aqui denominamos de armadilha política depreende-se dos escritos de Mayer e Rankin (2002) e Mayer (2002). Para elas, tanto no norte pós-fordista quanto no sul pós-colonial, as formas de redução da pobreza convergem sob a rubrica do capital social. O Banco Mundial, a Fundação Ford, a União Europeia, e muitos governos defendem, segundo as autoras, as bases sociais e culturais do crescimento econômico, as associações locais, a confiança e valores comuns como forma de empoderar setores sociais marginalizados, de um lado, e de outro, como formas de corrigir falhas do Estado e do mercado. O que estaria manifestado na proliferação de programas de microcrédito, micro-empreendedorismo e crescimento do terceiro setor. Os promotores destas formas de combate à pobreza, em seus apelos por solidariedade, empoderamento, participação e inclusão evocariam histórias de movimentos que tendem a contestar a cultura e a ideologia dominantes. Entretanto, a preocupação maior de seus promotores seria a de usar tais solidariedades como garantia da sustentabilidade financeira dos projetos, visando atender, assim, às preocupações dos organismos financiadores.

Marco importante desta nova forma de combate à pobreza seria o papel empreendedor a ser desempenhado pelos marginalizados e pobres. O que, além de compensar os efeitos nocivos de neoliberalismo, teria o papel de estender a racionalidade econômica para as regiões ainda não totalmente penetradas pelo capitalismo e desobrigar o Estado de suas tarefas, uma vez que os próprios pobres é que, ao se tornarem empreendedores e capazes de agir solidariamente, seriam os responsáveis pela superação

de sua condição. Ou seja, ao contrário do que Putnam (1993b) afirma, – que uma sociedade forte via capital social, resulta em Estado forte – a aplicação prática deste conceito, na forma das referidas estratégias de desenvolvimento, resultaria, isto sim, no enfraquecimento do papel do Estado e não em seu fortalecimento. Neste sentido, se indivíduos, ou grupos sociais, ou regiões mais pobres carecem do Estado e de suas políticas, temos aí um aspecto central do que aqui denominamos "cilada política". Via discurso e tentativas de usar o capital social de base comunitária, pode estar sendo enfraquecido um importante aliado dos mais fracos.

Terceiro: Além disso, tais formas de ação, segundo as autoras supracitadas, focam a mobilização de forças da comunidade/vizinhança, sem analisar ou promover a resistência às causas estruturais da exclusão e marginalização dos próprios mobilizados. Fine (2010) aponta na mesma direção e afirma que em função disto o conceito teria um cunho muito mais ideológico do que propriamente científico. Para o autor

> in place of the global, the economic, class, the state, conflict, gender, power and so on, social capital offers a bland alternative, highly conciliatory in principle and practice with more humanely presented forms of neo-liberalism, with token incorporation on narrower terms of other buzzwords such as empowerment and participation (FINE, 2010, p. 34).

O autor entende ainda que "social capital is more about communities accepting the world as it is and bettering themselves on this basis (FINE, 2010: 108). Assim, a teoria do capital social seria muito mais uma forma de acomodar os descontentes e desviar a atenção dos problemas maiores, do que uma forma de transformação social (HARRIS, 2002). A teoria do capital social, tal qual aplicada ao desenvolvimento (comunitário) estaria desempenhando um papel sobretudo acomodacionista – na verdade, ideológico – vis-à-vis o projeto neoliberal, tanto no Norte e Sul (MAYER e RANKIN, 2002). Apesar disso, Harris (2002) ressalta que o conceito seria atrativo aos diferentes matizes políticos, uma vez que se mostraria como uma solução de baixo custo, e ao mesmo tempo conteria um apelo democrático ao ressaltar e requisitar a participação e o engajamento da população.

Neste sentido, a desconsideração das mencionadas compatibilidades entre a abordagem putnamiana com os pressupostos neoliberais, o inerente desvio de foco de causas estruturais da pobreza para assuntos locais e o potencial acomodacionista daí decorrente, formam o terceiro elemento da cilada política para aqueles grupos e regiões mais desfavorecidos.

Quarto: Decorrente desta obliteração de outros aspectos relevantes tem-se que, não apenas nos trabalhos de Putnam, mas sobretudo em muitas das inúmeras pesquisas recentes inspiradas em sua abordagem, surge uma superestimação do pretenso papel positivo do capital social (PORTES e LANDOLT, 2000; FINE, 2010; MUELLER, 2015). E esta superestimação liga-se ao fato de que o conceito putnamiano de capital social se coaduna aos preceitos neoliberais no sentido de aplicar a lógica da meritocracia individual à esfera coletiva.

Se as culturas são distintas e se elas são uma variável explicativa relevante das disparidades territoriais, tem-se uma explicação primordialmente endógena destas disparidades. O que leva ao corolário de que cada território tem aquilo que fez por merecer em termos de desenvolvimento, condizente com a sua cultura e com os respectivos aspectos quantitativos e qualitativos do capital social daí decorrentes. Ou seja, entender o capital social como um aspecto cultural que explica o desenvolvimento desigual de comunidades, regiões e países, também é compatível com uma concepção liberal-meritocrática de desenvolvimento. Os territórios que se desenvolveram, o fizeram por merecer, os não desenvolvidos também têm o que merecem. Desta forma, explicar disparidades espaciais via capital social do tipo putnamiano naturaliza e legitima tais disparidades. O que, politicamente, mais convém àquelas regiões já mais desenvolvidas, bem como aos indivíduos mais abastados em qualquer região. Pois com o uso do capital social dentro de uma lógica meritocrática se oblitera debates que vinculem pobreza com riqueza, desenvolvimento de algumas regiões com subdesenvolvimento de outras e se responsabiliza as regiões mais pobres por sua “má sorte”. Assim, o quarto e principal elemento da mencionada cilada política decorre desta possível naturalização e legitimação das desigualdades espaciais de desenvolvimento. Além disso, ela se vê reforçada e

duplamente legitimada quando regiões pouco desenvolvidas assumem e reproduzem o tal discurso putnamiano.

Considerações Finais

Uma das mais bem-sucedidas "exportações" da sociologia para outras ciências sociais. É assim que Alejandro Portes certa feita se referiu ao conceito de capital social (Portes, 2000). Com um tom bastante distinto, Fine (2010) afirma que este mesmo capital social está para as ciências sociais assim como McDonald's está para a comida gourmet. Ambos se referiam à versão *mainstream*, à versão comunitarista / *bottom-up* do conceito, cujo maior representante é o cientista político norte-americano Robert Putnam.

Tratar de alguns aspectos candentes deste tão bem-sucedido e tão controverso conceito, foi o objetivo do presente ensaio. Mais especificamente buscou-se ressaltar em primeiro lugar limites daquilo que dele se pode conseguir em termos de desenvolvimento, tendo em visto algumas características do próprio contexto que propiciou seu mencionado sucesso. Feito isto, à luz dos limites apontados, destacou-se elementos do que Mueller (2013 e 2016) chama de cilada política, ou alguns engodos que nos parecem vir no pacote do capital social. Engodos estes que podem se dar, sobretudo, em territórios mais carentes de desenvolvimento, como muitos dos localizados no Sul Global.

Apesar de o conceito de capital social não ter sido exatamente um neologismo, uma invenção de Putnam, foi dele a contribuição que de fato repercutiu mundialmente. O que se deu a partir de meados da década de 1990. Isto, grosso modo, coincidiu com o fim da Guerra Fria, o revigoramento do pensamento liberal, a adoção do Índice de Desenvolvimento Humano pelo PNUD e a exacerbação da globalização econômica, que, por sua vez, trouxe consigo o olhar para questões locais, regionais, endógenas, tais como as culturas e o capital social decorrente delas. Neste sentido, apesar da existência de leituras distintas desta mesma ideia de capital social (DURSTON, 2003; LECHNER, 2000), e apesar da aparente preocupação de Putnam como as consequências do individualismo liberal, seu modelo culturalista / comunitário / *bottom-up* coube perfeitamente dentro deste

contexto neoliberal que se firmava no final do milênio passado. Não fosse este o caso, seria difícil de explicar seu enorme sucesso.

Tal contexto, simultaneamente mais global e mais local, abre, todavia, flancos que permitem colocar em xeque a suposta eficácia do capital social e do suposto peso das culturas locais/regionais em direcionarem os rumos do desenvolvimento dos respectivos territórios. Sobretudo no que tange às atividades econômicas integrantes de cadeias produtivas globais, tais como, por exemplo, as empresas produtoras de agroquímicos. No ano de 2011 as dez maiores empresas do setor controlavam 94,5% do mercado mundial destes produtos. Se incluirmos nesta lista a empresa que está na 11ª posição, tem-se que, juntas, as 11 maiores empresas deste setor controlavam, naquele ano, nada menos que 97,8% do mercado mundial (ETC Group, 2013).

Neste sentido destacou-se, em primeiro lugar, justamente este fato. O além-fronteiras comunitárias inerente ao mundo globalizado e a inserção dos territórios regionais em estruturas e relações desta natureza. No modelo de Putnam tudo parece acontecer dentro dos limites espaciais estabelecidos por um critério cultural. Se a “comunidade” pode ser coesa e fechada, as atividades econômicas não o são. Se um dia o foram, se é que foram, no contexto globalizado não o são mais. Se no modelo de Putnam os atores locais estão inseridos (*embedded*) na estrutura sociocultural local/regional e têm, assim, sua agência condicionada por esta estrutura, ressalta-se aqui, de maneira inversa, que os territórios também estão inseridos em estruturas mais abrangentes. Estando, da mesma forma, sujeitos aos limites e controles impostos por esta estrutura, sujeitos aos valores e normas, bem como às relações de poder, prevalecentes no jogo do mercado globalizado e também sujeitos às normas e valores, e principalmente, às decisões daquelas por Held (1999) mencionadas elites de atuação global. Daí que muito do que pode afetar o desenvolvimento local/regional pode não ser atingível pelo capital social de uma localidade ou região. É provável que, ao contrário, muito do que acontece em termos de desenvolvimento nos diferentes territórios, possa se dar ao largo dos anseios e das ações dos atores locais. Pode ser, inclusive, desconectado da cultura e do capital social local por eles formado.

Tendo em vista que há indiscutivelmente determinantes exógenos a serem levados em consideração e que por detrás disso há atores concretos, que possivelmente não são parte do tecido social/cultural de muitas das localidades onde suas ações incidem, decorre que eles não podem ser considerados parte do capital social local. Daí que, possivelmente não estejam realmente preocupados com o desenvolvimento das diferentes localidades. Todavia o que importa de fato é que por não serem parte constitutiva do capital social local, não estão sujeitos aos mecanismos de controle social que poderiam sancionar seus eventuais comportamentos desviantes. O suposto contrato social vigente na comunidade cívica que, segundo Putnam (1993b), não é legal, mas sim moral e tem como punição para o *bad apple* um mecanismo informal, sequer pode existir. Assim, uma das ideias centrais de Putnam não pode possuir eficácia qualquer. A eficácia do mecanismo em questão tem como pré-requisito que os atores sujeitos às sanções de comportamentos desviantes sejam parte da coletividade que exerce este controle social. Os atores externos, todavia, não temem a exclusão das redes de solidariedade e confiança, pois delas não fazem parte. Mesmo comportamentos que não sejam necessariamente desviantes do ponto de vista das normas locais que, porém, não venham ao encontro do desenvolvimento local, podem muitas vezes não ser sancionáveis, ou modificáveis pelos atores locais que formam o respectivo capital social.

Diante disso cabe ressaltar um aspecto bastante óbvio, porém primordial nesta discussão. Quem afinal forma o capital social de uma localidade, de uma região, enfim, de um território? Conforme dito, e conforme a abordagem de Putnam sustenta, são os próprios habitantes de cada território. É aí que outro aspecto limitante do capital social se mostra claramente. A ideia de que “juntos somos mais fortes”, agindo coletivamente poderemos atingir mais do que agindo individualmente, resolver os problemas internos da ação coletiva trará desenvolvimento. Em princípio não há o que objetar a tal ideia e também não entendemos que devamos considerá-la inócua em si. Agir coletivamente, somar esforços, caminhar na mesma direção certamente podem ser elementos poderosos de transformação social.

Todavia, se tivermos em consideração que são os respectivos habitantes que formam o capital social de cada território e que há territórios já mais desenvolvidos que outros e que este desenvolvimento é medido pelas condições socioeconômicas daqueles habitantes, descortina-se um cenário menos otimista e menos promissor no que tange às possibilidades de impactos positivos do capital social sobre o desenvolvimento. Ou seja, tal realidade constitui um cenário de potenciais diferenciados advindos das respectivas ações coletivas, do respectivo capital social. Isto porque o capital social de uma região pobre e atualmente subdesenvolvida é, necessariamente, constituído por pessoas pobres. De outro modo, o capital social de regiões mais ricas e desenvolvidas será constituído por pessoas com mais posses materiais, maior grau de instrução acadêmica, etc. e, consequentemente, com maior capacidade de influenciar o mundo. Por isso, esperar que os pobres superem a pobreza e a falta de desenvolvimento através de seu próprio capital social parece ilusório. Mais ilusório ainda parece imaginar que possa haver, via capital social, a superação de disparidades espaciais de desenvolvimento. Isto porque é possível que o capital social das regiões já mais desenvolvidas possa ser mais produtivo – ou rentável – do que o capital social das regiões menos desenvolvidas. Assim, os limites da suposta eficácia do capital social de regiões menos desenvolvidas se mostram evidentes.

Mais provavelmente pode ocorrer que o capital social das regiões desenvolvidas possa servir para manter, ou inclusive aumentar, as disparidades espaciais de desenvolvimento existentes no presente. Neste sentido, esta possibilidade de reprodução das desigualdades regionais via capital social evidencia o primeiro dos quatro elementos do que aqui denominamos cilada política inerente ao modelo putnamiano. Ou seja, em termos políticos pode não ser uma abordagem das mais promissoras para aqueles que se preocupam em diminuir as distâncias entre regiões.

O segundo elemento está ligado ao que Mayer e Rankin (2002) e Mayer (2001) alertam. Para elas o capital social dentro de uma lógica neoliberal é tido como um potencializador do empreendedorismo dos marginalizados. E este, nesta lógica, seria o elemento central da “luta contra a pobreza”. Neste sentido, tal enfoque poderia desobrigar o

Estado de suas responsabilidades para com esta luta. O que, por sua vez, teria como corolário o enfraquecimento de um potencialmente poderoso aliado dos mais fracos.

Atrelado a este tem-se o terceiro dos engodos aqui arrolados. O enfoque na vizinhança, na comunidade, inerente à mobilização do empreendedorismo dos marginalizados, teria como resultado o não-enfoque em causas e elementos estruturais subjacentes à pobreza e à marginalização. Causas estas que, segundo Fine (2010), podem ir desde a globalização, até relações de poder e de gênero, por exemplo. Com tal obliteração não seriam produzidas resistências a estas e outras possíveis causas estruturais, não comunitárias. Assim, o modelo putnamiano poderia exercer um papel ideológico frente ao modelo neoliberal. O resultado poderia ser resignação política ao invés de mobilização e enfrentamento dos diferentes elementos estruturais causadores da pobreza e da falta de desenvolvimento.

Se outros aspectos são negligenciados, pode surgir daí uma superestimação do suposto papel do capital social na explicação do desenvolvimento (FINE, 2010; PORTES, 2000). E se o capital social advém das respectivas culturas (PUTNAM, 1993b), é de uma possível superestimação do papel destas que se está falando (MUELLER, 2015). Se, todavia, não nos atermos a esta possibilidade, pode resultar daí outro aspecto, talvez o principal deles, da cilada política aqui em discussão, que é a naturalização e a legitimação das desigualdades espaciais de desenvolvimento (MUELLER, 2013 e 2016).

Conforme dito, o constructo putnamiano resulta em uma suposta explicação do desenvolvimento das regiões que, de certa forma, assemelha-se, ou pelo menos, convive bem com a lógica do discurso liberal-meritocrático. Se as culturas são um elemento que distingue as regiões umas das outras e se destas respectivas culturas resultam padrões distintos de desenvolvimento, cada região tem aquilo que merece. Daí a questão: isto explica ou naturaliza e, portanto, justifica as desigualdades de desenvolvimento? Diante do conjunto de argumentos já arrolados até o momento se entende que a segunda possibilidade é mais provável que a primeira.

Ao olharmos para o passado através desta lente putnamiana, de forma sutil está implícita uma explicação sobre a responsabilidade quanto ao desenvolvimento e a pobreza. Ao focar somente os aspectos socioculturais está sendo dito que a responsabilidade pela pobreza é dos próprios pobres. E, indiretamente está sendo dito que há culturas mais aptas ao desenvolvimento que outras (MUELLER, 2013). O que naturaliza e legitima os atuais distintos níveis de desenvolvimento territorial. E este é um dos engodos inerentes ao uso do conceito de capital social na medida em que indivíduos ou grupos desfavorecidos, ou regiões pouco desenvolvidas, e até mesmo movimentos sociais, assimilam e reproduzem este discurso (MUELLER, 2013 e 2016).

Além disso, olhando-se para o futuro através da mesma lente, também está sendo dito que para haver desenvolvimento é preciso ter determinados hábitos culturais. A saber, os hábitos dos povos que hoje são considerados desenvolvidos, uma vez que já teriam se mostrado eficazes. Assim, se subentende que para haver desenvolvimento é preciso ocorrer a modificação de hábitos e costumes dos povos atualmente tidos como subdesenvolvidos. O que, no extremo, aponta para uma homogeneização cultural como caminho para o desenvolvimento, ou para a resignação política frente às desigualdades de desenvolvimento em prol da preservação da diversidade cultural (MUELLER, 2013, 2015 e 2016).

Por fim vale reiterar que aqui não se busca negar que a ideia de capital social em si possa ter algum valor heurístico quando se aborda a temática do desenvolvimento. Afinal há vasta literatura afirmando que este valor existe. Todavia, a despeito disto, sustenta-se aqui ser a noção predominante de capital social uma espécie de discurso que, em contextos de economias globalizadas, marcados por disparidades sociais e espaciais, convém mais a quem nada quer mudar do que àqueles que potencialmente seriam os beneficiados.

Com isso não se busca cair no oposto de assumir um discurso de ausência de corresponsabilidade dos atores internos de cada possível recorte espacial, inclusive das regiões menos desenvolvidas atualmente. O resultado disso seria obviamente conveniente àqueles que internamente têm mais poder e, consequentemente, maior responsabilidade por aquilo que aconteceu, acontece e poderá, ou não, acontecer em termos de

desenvolvimento. Porém se são as elites globais que têm mais poder e controle, há que se perguntar o que elas pensam sobre desenvolvimento e sobre desigualdades. Quais são seus valores e suas normas de conduta? Será que, conforme dito, no mundo dos negócios globais as regras prevalecentes independem das normas locais? Ou, mais especificamente, será que as elites globais baseiam seu comportamento pelo princípio tocquevilliano ressaltado por Putnam (1993b, 2000), segundo o qual o interesse próprio não é míope, mas é aberto e sensível ao interesse público?

De modo contrário, possivelmente são elas que sustentam e propagam o discurso do engajamento voluntariado (com foco no local) em contraposição a discussões sobre impostos progressivos, sobre controle dos paraísos fiscais, sobre as próprias imensas desigualdades entre indivíduos e regiões, sobre os legados do colonialismo e da escravidão, por exemplo. Enfim, sobre as conexões destas desigualdades e as complementaridades constitutivas do desenvolvimento de alguns territórios com a exploração e o subdesenvolvimento de outros.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, sozial Kapital. In: KRECKEL Reinhard (org.): *Soziale Ungleichheiten.* (Soziale Welt Sonderband 2), Göttingen: 1983. pp. 183-198.

CSRI (*Credit Suisse Research Institute*). *Global Wealth Report 2013.* (2013a) Disponível em: https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=BCDB1364-A105-0560-1332EC9100FF5C8. Acesso em: 31.10.2013.

CSRI (*Credit Suisse Research Institute*). *Global Wealth Databook 2013.* (2013b). Disponível em; https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=1949208D-E59A-F2D9-6D0361266E44A2F8. Acesso em: 31.10.2013.

DURSTON, John. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza em América. In: ATRIA, Raul (et. al) *Capital social y reducción de la pobreza en la América Latina y el Caribe: en busca de um nuevo paradigma.* Santiago de Chile, CEPAL, 2003.

ETC GROUP. *Putting the Cartel before the Horse ...and Farm, Seeds, Soil, Peasants, etc. Communiqué,* Setembro de 2013, Nº 111. Disponível em: www.etcgroup.org. Acesso em: 22.11.2015.

FINE, Ben. *Theories of Social Capital:* Researchers Behaving Badly. London. Pluto Press, 2010.

FORBES (2013): *The World's Billionaires:* The richest people on the planet 2013. In: (<http://www.forbes.com/billionaires/>; 01.10.2013).

FRANZEN, Axel e FREITAG, Markus. Einleitung: Aktuelle Themen und Diskussionen der Sozialkapitalforschung. In: FRANZEN, Axel e FREITAG, Markus (Orgs). *Sozialkapital. Grundlagen und Anwendungen*. Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie. 2007, Sonderheft 47.

HELD, David et al. *Global Transformations. Politics, Economics and Culture*. Cambridge: Polity Press, 1999.

IDB (Inter-American Development Bank). *Social Capital, Ethics and Development Initiative.* (2005). Disponível em: <http://www.iadb.org/en/projects/project-description-title,1303.html?id=rg-t1033>. Acesso em: 01.10.2013.

LECHNER, Norbert. Desafios de un desarollo humano: individualización y capital social. In: KLIKSBEERG, B e TOMASSININ, L. (org.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarollo.* Buenos Aires: BID / Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000. p. 101-127.

MAYER, Margit. Soziales Kapital und Stadtentwicklungspolitik, ein ambivalenter Diskurs. In: HAUS, M. (org.). *Lokale Politik, soziales Kapital und Bürgergesellschaft.* Opladen: Leske+Budrich, 2001.

MAYER, M.; RANKIN, K. N. Social Capital and (Community) Development: A North/South Perspective. *Antipode*, v.34, n.4 p. 804-808, 2002.

MUELLER, Airton Adelar. Usos e armadilhas política inerentes à versão putnamiana de capital social. *Revista Espaço Acadêmico*, número 145, junho de 2013. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/20049. Acesso em: 06.01.2015.

MUELLER, Airton Adelar. *Criação de novos municípios, capital social e desenvolvimento:* Movimentos emancipacionistas como geradores de capital social e desenvolvimento local. 1. ed. Saarbrücken: OmniScriptum GmbH & Co. KG, 2014.

MUELLER, Airton Adelar. *Lokale Entwicklung und soziales Kapital im Süden von Brasilien.* Berlim – Alemanha. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Livre de Berlim. 2015. Disponível em: http://www.diss.fu-berlin.de/diss/receive/FUDISS_thesis_000000098563?lang=en. Acesso em: 14.11.2016.

MUELLER Airton Adelar. Cultura e capital social: entre a explicação e a legitimação das disparidades espaciais de desenvolvimento. *Revista Espaço Acadêmico*, número 182, julho de 2016. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/30557. Acesso em: 04.11.2016.

OECD (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT) (2001). *The well-being of nations: The role of human and social capital.* Disponível em: http://www.oecd.org/site/worldforum/33703702.pdf. Acesso em: 01.07.2015.

PORTES, Alejandro. Two Meanings of Social Capital. *Sociological Forum*, Vol. 15 No. 1 (Mar.), pp. 1-12, 2000.

PORTES, Alejandro e LANDOLT, Patricia. Social Capital: Promise and Pitfalls of its Role in Development. *Journal Lat. Amer. Stud.* 32, 529-547. Cambridge University Press, 2000.

PUTNAM, Robert D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. The *American Prospect.* March 21, 1993a.

PUTNAM, Robert D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, NJ: Prineton Univ. Press, 1993b.

PUTNAM, Robert D. *Bowling alone. The collapse and revival of american community.* New York: Simon & Schuster, 2000.

SERAGELDIN, Ismail. Foreword. In: *The World Bank Social Capital Initiative.* Working Paper No.1. 1998. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/Social-Capital-Initiative-Working-Paper-Series/SCI-WPS-01.pdf>. Acesso em: 05.10.2009.

SOUZA, Jessé J. F. de. *A tolice da inteligência brasileira:* ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

TARROW, Sidney. Making social science work across space and time: A critical reflection on Robert Putnam's Making Democracy Work. *American Political Science Review*, 90(June):389-397, 1996.

WB (*World Bank*), (1999). Disponível em:

http://documents.worldbank.org/curated/en/663341468174869302/Social-capital-a-multifaceted-perspective. Acesso em: 02.11.2016.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva.* Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 3ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.